



EDITORA ÁTICA S.A.

CNPJ nº 61.259.958/0001-96

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020. Colocamo-nos sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais					
ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	353.286	237.976	353.315	237.978
Títulos e valores mobiliários	6	—	—	5.334	2.726
Contas a receber	7	35.525	29.144	38.183	32.287
Estoques	8	62.212	61.905	62.435	62.023
Adiantamentos		1.824	1.200	1.879	1.203
Tributos a recuperar	9	36.893	40.474	36.929	41.213
Outros créditos		3.593	472	3.563	472
Partes relacionadas	20	2.476	71.581	2.499	71.622
Total do ativo circulante		495.809	442.752	504.137	449.524
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	9	54.507	43.919	55.418	43.919
Depósitos judiciais	17	1.867	4.147	1.891	4.170
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	40.481	40.268	33.996	33.783
Partes relacionadas	20	89.191	79.852	100.740	94.836
Investimentos	10	33.002	30.767	—	—
Imobilizado	11	2.015	3.557	2.075	3.661
Intangível	12	47.187	57.016	78.602	88.440
Total do ativo não circulante		268.250	259.526	272.722	268.809
Total do ativo		764.059	702.278	776.859	718.333

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais						
Nota	Social	Reservas de capital	Lucro (prejuízo) do exercício	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.140.483	(13.778)	(669.618)	457.086	23	457.109
Resultado abrangente do exercício	—	—	3.316	3.316	(15)	3.301
Lucro do exercício	—	—	3.316	3.316	(15)	3.301
Total do resultado abrangente do exercício	—	—	3.316	3.316	(15)	3.301
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	—	—	—	—	—	—
Aumento de Capital	19.1	27.100	—	27.100	—	27.100
Opções outorgadas reconhecidas	19.2	—	274	274	—	274
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		27.100	274	27.374	—	27.374
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.167.583	(13.504)	(666.302)	487.776	8	487.784
Resultado abrangente do exercício	—	—	43.561	43.561	3	43.564
Lucro do exercício	—	—	43.561	43.561	3	43.564
Total do resultado abrangente do exercício	—	—	43.561	43.561	3	43.564
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	—	—	—	—	—	—
Distribuição de dividendos	19.3	—	(23.000)	(23.000)	—	(23.000)
Opções outorgadas reconhecidas	19.2	—	154	154	—	154
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		—	154	(22.846)	—	(22.846)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.167.583	(13.350)	(645.742)	508.491	11	508.502

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Editora Ática S.A. ("Companhia" ou "Editora Ática"), com sede na Rodovia Presidente Dutra, km 136 Bloco 03, na cidade de São José dos Campos - SP, e suas controladas têm como principais atividades a edição, publicação, divulgação e comercialização, no atacado ou no varejo, de livros e publicações de qualquer natureza, voltados, principalmente, para a educação. A controladora direta da Companhia é a Saber Serviços Educacionais S.A. ("Saber"), que possui participação de 70,28%. Sua controladora indireta é a Somos Educação S.A. ("Somos") que possui participação de 29,72%. Considerando o segmento de editoras do Grupo Cogna, a Companhia atua como centralizadora dos pagamentos a funcionários, rateios e cobranças de despesas corporativas, entre outros. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pela diretoria em 31 de março de 2022.

1.1. Coronavírus: Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou o estado da contaminação do surto do Coronavírus ("COVID-19") à pandemia global, mudando a perspectiva mundial e brasileira de crescimento de mercado, trazendo diversos riscos às Companhias que nunca foram vivenciados antes e que, portanto, merecem atenção especial dos gestores e da administração quanto aos cenários e ações necessárias para mitigar os riscos impostos por essa nova situação. Essa crise fez com que os governos de todo o Mundo impusessem uma série de medidas como: distanciamento social, restrições de viagens e deslocamento nas cidades, fechamento de comércios não essenciais, entre outros, causando rupturas importantes nos mercados financeiro, de trabalho, nos padrões de consumo, nas cadeias logísticas e, claramente, impactando as companhias e as pessoas. Para enfrentar esse cenário a Companhia estabeleceu um Comitê de crise e desenvolveu um plano de trabalho contemplando uma série de ações para, em primeiro lugar, resguardar a saúde física e mental dos seus funcionários, e em seguida, manter a capacidade operacional e financeira para enfrentar esse período. Destacamos a seguir as principais iniciativas realizadas: • Garantir a saúde de nossos colaboradores, adotando medidas como o *home office* e adoção das medidas de saúde e segurança recomendadas pelos órgãos governamentais; • Garantir a saúde financeira, liquidez e caixa; • Implementar medidas de reestruturação, buscando ao máximo a preservação de empregos e a perenidade da organização; • Implementar mudanças organizacionais para o mundo pós-COVID; • Adotar um plano estratégico para oportunidades geradas pela crise; e • Demais ações que contribuíam para a mitigação dos impactos da COVID-19 na sociedade. Os negócios da Companhia não sofreram impactos relevantes da pandemia. Atualmente, a Companhia segue monitorando os efeitos da pandemia no mercado e em seus negócios, aplicando as medidas saneadoras planejadas e cumprindo com as orientações das autoridades.

2. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicadas de modo consistente a todos os exercícios aqui apresentados.

2.1. Base de preparação: **2.1.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

a) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais do relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.2. Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que corresponde a moeda funcional da Companhia.

2.2 Consolidação: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito sobre os retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As companhias controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota explicativa nº 1. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação de não controladores no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre Companhias e suas controladas são eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das novas controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A seguir apresentamos a relação das companhias controladas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Societades consolidadas	Participação %	
	31/12/2021	31/12/2020
Controlada direta:		
SB Sistema de Ensino e Editora Ltda.	99,70	99,70
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	99,91	99,91

a) Participação de acionistas não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial".

b) Combinações de negócios: Em conformidade com as disposições do CPC 15 - Combinações de negócio as aquisições são registradas utilizando o método de aquisição

quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

2.3 Demonstração do resultado abrangente: Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que, em conformidade com os procedimentos não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas não apresentaram outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas.

2.4 Ativos e passivos financeiros: Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **a) Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Compreendem o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos e direitos junto a partes relacionadas. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras" no período em que ocorrem. Os investimentos da Companhia são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros compreendem: caixa e equivalentes de caixa; contas a receber de clientes, adiantamentos; e direitos junto a partes relacionadas. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalente de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. *Contas a receber de clientes:* Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias que são realizados pela Companhia. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para "*impairment*". A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 540 dias, o título é baixado. O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de "*impairment*" de ativos financeiros ao custo amortizado. **b) Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem os saldos a pagar a fornecedores, obrigações com partes relacionadas, adiantamento de clientes, e demais contas a pagar. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **c) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **d) Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de créditos associados aos títulos de dívida registrados ao custo de amortização e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Ver detalhes adicionais nas práticas contábeis específicas de cada ativo financeiro. **2.5 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, o que for menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projetos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção. A Companhia efetua provisão para perdas para os produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação as quais são analisadas e avaliadas periodicamente quanto a expectativa de realização destes estoques. A Administração avalia periodicamente a necessidade de serem destruídos. **2.6 "Impairment" de ativos não financeiros:** Ativos que têm vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas e serviços	21	288.426	274.767	291.757	278.287
Custo dos serviços prestados	22	(166.174)	(179.414)	(167.198)	(181.343)
Lucro bruto		(166.174)	(179.414)	(167.198)	(181.343)
Lucro bruto		122.252	95.353	124.559	96.944
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	22	(28.629)	(27.072)	(28.683)	(27.063)
Gerais e administrativas	22	(50.417)	(15.463)	(50.694)	(16.211)
Provisão para perda esperada	22	(164)	(193)	(166)	(229)
Outras despesas operacionais	22	(186)	(5.348)	(186)	(5.300)
Equivalência patrimonial	11	2.235	1.011	—	—
(Lucro) lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		45.091	48.288	44.830	48.141
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	14.567	2.044	14.851	2.287
Despesas financeiras	23	(7.706)	(2.280)	(7.428)	(2.391)
Lucro operacional antes dos impostos		51.952	48.052	52.253	48.037
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	18	(8.604)	(9.234)	(8.902)	(9.234)
Diferidos	18	213	(35.502)	213	(35.502)
		(8.391)	(44.736)	(8.689)	(44.736)
Lucro do exercício atribuído a:		43.561	3.316	43.564	3.301
Acionistas controladores		43.561	3.316	43.561	3.316
Acionistas não controladores		—	—	3	(15)
Lucro básico por ação ON - R\$	24	0,03	0,00	—	—

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício		43.561	3.316	43.564	3.301
Outros resultados abrangentes		—	—	—	—
Resultado abrangente do exercício		43.561	3.316	43.564	3.301
Atribuído a:					
Acionistas controladores		43.561	3.316	43.561	3.316
Acionistas não controladores		—	—	3	(15)
Lucro básico por ação ON - R\$	24	0,03	0,00	—	—

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		51.952	48.052	52.253	48.037
Ajustes para conciliação ao resultado:					
Depreciação e amortização	11 e 12	20.071	20.235	20.121	20.291
Depreciação IFRS-16	22	—	—	—	40
Custos editoriais	22	12.237	8.549	12.237	8.549
Provisão para perda esperada	7	164	193	166	229
Provisão (reversão) para perdas dos estoques		14.611	(803)	14.584	(804)
Provisão (reversão) para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis		347	734	369	763
Encargos financeiros das provisões tributárias e trabalhistas		468	78	468	146
Outorga de opções de ações		154	274	154	274
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos		239	—	239	(28)
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	23	(11.475)	(1.660)	(11.695)	(1.823)
Equivalência patrimonial	10	(2.235)	(1.011)	—	—
Variações nos ativos e passivos operacionais:		86.533	74.641	88.896	75.674
(Aumento) redução em contas a receber		(6.545)	27.528	(6.062)	23.215
(Aumento) redução em estoques		(27.155)	2.697	(27.233)	2.607
(Aumento) redução em adiantamentos		(624)	(122)	(676)	(117)
(Aumento) redução em tributos a recuperar		7.094	38.983	7.080	38.962
(Aumento) redução em depósitos judiciais		2.317	(3.262)	2.317	(2.008)
(Aumento) redução em partes relacionadas		88.654	15.561	88.673	11.756
(Aumento) redução em outros créditos		(3.118)	2.001	(3.090)	2.000
(Redução) aumento em fornecedores		3.514	49.783	3.726	52.980
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas		6.801	(11.074)	6.784	(11.856)
(Redução) aumento em tributos a pagar		(6.547)	(39.268)	(6.930)	(39.335)
(Redução) aumento em adiantamento de clientes		(46)	(2.323)	27	(2.331

—☆ **continuação** NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA EDITORA ÁTICA S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.7 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo, menos depreciação acumulada. O custo inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil (anos)	
	2021	2020
Equipamentos de informática	5	5
Móveis, equipamentos e utensílios	10	10
Edificações e benfeitorias (i)	7	7

(i) As edificações e benfeitorias tem vida útil definida de acordo com o prazo de vencimento do contrato de locação. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A Companhia e suas controladas revisaram a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são consistentes com suas operações em 31 de dezembro de 2021 e 2020. O valor de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se seu valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas (receitas) operacionais", na demonstração do resultado. **2.8 Intangível:** Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) e são compostos por direitos e concessões que incluem, principalmente, softwares, relacionados as licenças de programas de computador, marcas registradas, licenças de operação, além do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrente de combinação de negócio, e também as relações com clientes, contratuais ou não. Adicionalmente, é realizada anualmente a revisão de vida útil dos ativos intangíveis. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A seguir apresentamos maior detalhamento de cada um deles: a) **Ágio:** O ágio é representado pela diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo de ativos líquidos identificáveis, e passivos assumidos em uma combinação de negócios. b) **Softwares e produção de conteúdo:** As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados ao longo da vida útil estimada dos respectivos softwares, em torno de 5 anos. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas. Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **2.9 Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis:** As provisões para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando: (i) A Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O resultado tributário do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos, calculado sobre o lucro apurado antes dos impostos e reconhecido na demonstração de resultado. O IRPJ e CSLL são calculados com base na aplicação das alíquotas de 25% e 9% respectivamente, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias nos saldos dos ativos e passivos para fins fiscais e nas demonstrações financeiras. O ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados integralmente nas demonstrações financeiras, exceto, no caso do ativo, se não forem prováveis que lucros tributáveis futuros sejam realizados, nesse cenário, temos um limitador ao valor do ativo diferido a ser reconhecido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida. **2.11 Capital social:** As quotas de capital da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas, quando incorridos, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.12 Receita na venda de produtos:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente. Desde 1º de janeiro de 2018, o CPC 47/IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita ou da indústria: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial; e (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A receita pela venda de produtos, segundo CPC 47 (IFRS 15), (livros, publicações, conteúdos de assinaturas) é reconhecida quando (ou à medida que) satisfazer a obrigação de desempenho ao transferir o bem prometido ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ou ao longo do contrato. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador. As vendas antecipadas de coleções didáticas são registradas na rubrica "Adiantamentos de clientes" e reconhecidas na entrega do material. **2.13 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente, os ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As receitas são reconhecidas conforme a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ao reconhecer um ativo financeiro, o mesmo é mensurado a valor justo por meio do resultado (sendo aplicável aos títulos e valores mobiliários), ou por meio do custo amortizado (aplicável aos demais ativos financeiros da Companhia). No caso dos passivos financeiros, estes serão mensurados ao custo amortizado. As receitas e despesas com juros são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos. **2.14 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração, no mercado primário ou, na sua falta, no mais vantajoso mercado ao qual a Companhia tenha acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho, o que inclui, entre outros, o risco de crédito do próprio negócio. Se não houver preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao precificar uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tiver um preço de compra e venda, a Companhia mede os ativos com base nos preços de compra e no passivo com base nos preços de venda. Um mercado é considerado ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços continuamente. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se o negócio determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico ou por uma técnica de avaliação para a qual qualquer valor não observável. Como os dados são considerados insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Essa diferença é subsequentemente reconhecida na demonstração do resultado ou outro resultado abrangente de forma adequada ao longo da vida útil do instrumento, ou até o momento em que sua avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro. Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados

observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; **Nível 2:** As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de insumos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e **Nível 3:** As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis). Não houve transferências entre níveis de hierarquia do valor justo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, informações adicionais ou classificações dos valores justos estão incluídas na nota 4.1. **2.15 Adoção de novas normas: CPC 50/IFRS 17 - Contratos de seguros:** Este pronunciamento substituirá a norma atualmente vigente CPC 11/IFRS 4, após processo de revisão da norma internacional realizado pelo IASB. O objetivo do CPC 50 - Contratos de seguro é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes, que representem de forma fidedigna a essência destes contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente. Este pronunciamento é aplicável aos períodos de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. **Alterações à CPC 32/IAS 12 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos:** As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos na data de início de um arrendamento. Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respectivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade da CPC 32/IAS 12. Este pronunciamento é aplicável aos períodos de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adota estimativas contábeis e julgamentos críticos, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias. **Julgamentos críticos:** Não há julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis que tenham efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Estimativas contábeis:** A Companhia faz estimativas com relação ao futuro e que podem resultar diferentes aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: **a) Avaliação da existência de perda ("impairment") nos ágios e período de orçamento financeiro:** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas ("*impairment*") no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa 2.10 e 12. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. A Companhia revisou suas premissas do modelo de longo prazo utilizado no cálculo do teste de *impairment* para o ano de 2021. Os novos critérios adotados foram apreciados e aprovados pela Administração, assim como as taxas utilizadas. Os cálculos e o teste de *impairment*, em si, foram elaborados pela administração, seguindo as normativas contábeis. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Conforme o conceito descrito na IAS 12 - "*Liability Method*", o método de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para reconhecer as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos, conforme nota explicativa 18.3. **c) Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. Ver nota explicativa 16. **d) Provisão para perdas esperadas:** A Companhia efetua análises das contas a receber considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização, conforme apresentado na nota explicativa 7 (c). **e) Estoques - Provisão para obsolescência de estoque:** A Companhia adota como critério para provisionamento de obsolescência de estoque o *aging* de produção, por entender que este critério é mais aderente ao seu modelo de negócio. Por este conceito, uma provisão para perda de estoque por obsolescência é realizada conforme os períodos a seguir apresentados: (i) produzido há mais de 13 meses e até 24 meses - 50% do valor do estoque; (ii) produzido entre 25 e 36 meses - 80% do valor do estoque; e (iii) produzido há mais de 36 meses - 100% do valor de estoque. Os saldos contábeis registrados em decorrência desta política estão apresentados com maior detalhamento na nota explicativa 8. **4. Gestão de riscos financeiros: 4.1. Considerações gerais e políticas:** A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definições de estratégias e implementação de sistemas de controle, sendo definidos pela Administração da Companhia. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado. Abaixo apresentamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Hiera-	Controladora		Consolidado		
	quia	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	353.286	237.976	353.315	237.978	
Contas a receber	35.525	29.144	38.183	32.287	
Adiantamentos	1.824	1.200	1.879	1.203	
Outros créditos	3.593	472	3.563	472	
Partes relacionadas	91.667	151.433	103.239	166.458	
	485.895	420.225	500.179	438.398	

Ativo - Valor justo por meio do resultado

Títulos e valores mobiliários	1	-	-	5.334	2.726
				5.334	2.726

Passivo - Custo amortizado

Fornecedores	116.940	113.426	116.877	113.151
Demais contas a pagar	15	249	63	304
Partes relacionadas	19.682	133	19.683	132
	136.637	113.808	136.623	113.587

Os ativos e passivos financeiros da Companhia estão registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis aos valores justos. **4.2. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital: **a) Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não possui nenhuma transação com derivativos. **b) Risco de mercado - risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a contas a pagar a terceiros por aquisições parceladas, e partes relacionadas entre companhias, principalmente decorrente da captação de mútuos. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de gerenciar o saldo de caixa e os passivos financeiros vinculados a essas taxas. **c) Risco de crédito:** É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A Companhia mantém provisões adequadas no balanço para fazer face a esses riscos: **Contas a receber:** Basicamente as contas a receber são compostas por distribuidoras de livros e do Governo (PNLD). O risco desse grupo é administrado conforme *aging* do vencimento dos títulos. **Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro:** A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos na política da Companhia.

Caixa e Equivalentes de caixa (nota 5)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
AAA (i)	-	237.917	-	237.917
AA	353.208	-	353.208	-
Não aplicável	78	59	107	61
	353.286	237.976	353.315	237.978

(i) Representa qualidade de crédito elevada segundo a classificação da Fitch Rating (agência internacional de classificação de risco).

d) Risco de liquidez: Consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O fluxo de caixa da Companhia é realizado pelo departamento de finanças do Grupo Cognia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. A Companhia também monitora constantemente

o saldo de caixa e o nível de endividamento e implementa medidas para que receba eventuais aportes de capital, e para que se mantenham dentro dos limites de créditos existentes. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas de indicadores de liquidez do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias. Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se às contas a pagar a fornecedores, adiantamento de clientes e obrigações com partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para suas operações. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo.

Em 31 de dezembro de 2021	Consolidado	
	Menos de 1 ano	Total
	Fornecedores	116.877
Partes relacionadas (mútuos)	19.683	19.683
	116.877	116.877

Em 31 de dezembro de 2021	Consolidado	
	Menos de 1 ano	Total
	Fornecedores	116.877
Partes relacionadas (mútuos)	20.553	20.553
	137.430	137.430

(i) Considera o cenário-base mais provável em um horizonte de 12 meses. Taxas projetadas: CDI - 4,42% e IPCA - 10,06% ao ano, em 31 de dezembro de 2021.

4.3. Análise de sensibilidade: A seguir apresentamos um quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia e suas controladas, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando, para um período como cenário-base mais provável em um horizonte de 12 meses, as taxas projetadas: CDI - 4,42% e IPCA - 10,06% ao ano, em 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, demonstramos cenários com 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

Exposição	Consolidado			
	Cenário provável		Cenário remoto	
	-25%	-50%	-25%	-50%
Aplicações Financeiras e títulos e valores mobiliários	358.649	10.639	19.815	23.778
	358.649	10.639	19.815	23.778

Fonte: IPCA do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, e CDI conforme taxas referenciais B3 S.A., ambos disponibilizados nos *websites* das respectivas instituições.

Caixa	Consolidado			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Conta corrente	78	59	107	61
	78	59	107	61

Aplicações financeiras	Consolidado			
	Cenário provável		Cenário remoto	
	-25%	-50%	-25%	-50%
NTN - Nota do Tesouro Nacional	353.208	-	353.208	-
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	-	237.917	-	237.917
	353.208	237.917	353.208	237.917
	353.286	237.976	353.315	237.978

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, majoritariamente atreladas ao CDI ou SELIC, sendo parte significativa realizada a partir de fundos de investimentos exclusivos de renda fixa, sob a administração e gestão de grandes instituições financeiras. Essas aplicações visam remunerar as disponibilidades da Empresa sem incorrer em instrumentos ou valores mobiliários de médio e alto risco. As aplicações financeiras possuem rentabilidade média bruta de 94,91% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (97,39% do CDI em 31 de dezembro de 2020). A Companhia avalia constantemente a rentabilidade desses fundos, assim como seu objetivo, se para fins operacionais ou de investimentos, para definir sua classificação no balanço patrimonial. Uma análise de sensibilidade sobre as variações nas taxas de juros está divulgada na nota explicativa nº 4.

LFT - Letra Financeira do Tesouro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	-	-	5.334	2.726
	-	-	5.334	2.726

As aplicações financeiras possuem rentabilidade média bruta de 94,91% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (97,39% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

LFT - Letra Financeira do Tesouro	Consolidado			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	-	-	5.334	2.726
	-	-	5.334	2.726

LFT - Letra Financeira do Tesouro	Consolidado			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	-	-	5.334	2.726
	-	-	5.334	2.726

LFT - Letra Financeira do Tesouro	Consolidado			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	-	-	5.334	2.726
	-	-	5.334	2.726

LFT - Letra Financeira do Tesouro	Consolidado			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	-	-	5.334	2.726
	-	-	5.334	2.726

7. Contas a receber: a) Composição

LFT - Letra Financeira do Tesouro	Consolidado			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	46.030	40.255	48.047	43.363
	46.030	40.255	48.047	43.363
	(10.505)	(11.111)	(9.864)	(11.076)
	35.525	29.144	38.183	32.287

LFT - Letra Financeira do Tesouro	Consolidado			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	46.030	40.255	48.047	43.363
	46.030	40.255	48.047	43.363
	(10.505)	(11.111)	(9.864)	(11.076)
	35.525	29.144	38.183	32.287

b) Análise dos vencimentos das contas a receber (aging list)

LFT - Letra Financeira do Tesouro	Consolidado			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020		

continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA EDITORA ÁTICA S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Informação sobre as controladas diretas

	31/12/2021					
	Participação no capital social	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	(Passivo a descoberto) Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo do período
SB Sistemas de Ensino e Editora Ltda.	99,7%	102.264	472	359	113	606
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	99,9%	24.640.673	24.787	12.618	12.169	1.632

	31/12/2020					
	Participação no capital social	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	(Passivo a descoberto) Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo do período
SB Sistemas de Ensino e Editora Ltda.	99,9%	102.264	255	747	(492)	(580)
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	99,9%	24.640.673	11.862	1.324	10.538	1.577

(c) Movimentação dos investimentos em controladas diretas

	Controladora				
	Saldos em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Outros reflexos	Saldos em 31/12/2021	
SB Sistemas de Ensino e Editora Ltda.		(492)	606	(1)	113
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	10.528	1.632	(2)	12.158	
Subtotal	10.036	2.238	(3)	12.271	
Ágio, inclusive o alocado	20.731	-	-	20.731	
Total	30.767	2.238	(3)	33.002	

	Controladora				
	Saldos em 31/12/2019 (Não auditado)	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Outros reflexos	Saldos em 31/12/2020
SB Sistemas de Ensino e Editora Ltda.	87	-	(579)	-	(492)
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	8.538	400	1.575	15	10.528
Subtotal	8.625	400	996	15	10.036
Ágio, inclusive o alocado	20.731	-	-	-	20.731
Total	29.356	400	996	15	30.767

11. Imobilizado

	Controladora				
	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Edificações e benfeitorias	Direito de uso (IFRS-16) (i)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	1.881	743	2.274	4.898	
Adições	862	-	235	1.097	
Depreciações	(1.561)	(177)	(700)	(2.438)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.182	566	1.809	3.557	
Adições	338	10	-	348	
Baixas	(239)	-	-	(239)	
Depreciações	(774)	(175)	(702)	(1.651)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	507	401	1.107	2.015	
Taxa média anual de depreciação	33%	10%	13%	22.610	
Custo	10.172	3.655	8.783	(7.675)	(20.595)
Depreciação acumulada	(9.665)	(3.255)	-	-	-

	Controladora				
	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Edificações e benfeitorias	Direito de uso (IFRS-16) (i)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	1.908	863	2.273	308	5.352
Adições	861	-	236	-	1.097
Baixas	-	(6)	-	(268)	(274)
Depreciações	(1.574)	(200)	(700)	(40)	(2.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.195	657	1.809	-	3.661
Adições	338	8	-	-	346
Baixas	(239)	-	-	-	(239)
Depreciações	(786)	(205)	(702)	-	(1.693)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	508	460	1.107	-	2.075
Taxa média anual de depreciação	33%	10%	13%	10%	
Custo	10.538	4.062	8.986	494	24.079
Depreciação acumulada	(10.030)	(3.602)	(7.879)	(494)	(22.004)

12. Intangível

	Controladora				
	Softwares	Produção de conteúdo	Ágios e intangíveis alocados	Outros intangíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	43.924	1.431	20.400	357	66.112
Adições	7.551	772	-	378	8.701
Amortizações	(16.395)	(861)	-	(541)	(17.797)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	35.080	1.342	20.400	194	57.016
Adições	6.914	1.678	-	-	8.592
Amortizações	(16.969)	(1.258)	-	(194)	(18.421)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	25.025	1.762	20.400	-	47.187
Taxa média anual de amortização	16%	37%	0%	67%	
Custo	110.282	3.987	20.400	807	135.475
Amortização acumulada	(85.257)	(2.225)	-	(807)	(88.288)

	Controladora				
	Softwares	Produção de conteúdo	Ágios e intangíveis alocados	Outros intangíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	43.935	1.443	51.811	358	97.547
Adições	7.551	772	-	377	8.700
Amortizações	(16.398)	(868)	-	(541)	(17.807)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	35.088	1.347	51.811	194	88.440
Adições	6.914	1.677	-	-	8.591
Amortizações	(16.972)	(1.263)	-	(194)	(18.429)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	25.030	1.761	51.811	-	78.602
Taxa média anual de amortização	16%	37%	0%	67%	
Custo	110.298	4.001	55.327	807	170.433
Amortização acumulada	(85.268)	(2.240)	(3.516)	(807)	(91.831)

a) Ágio gerado em aquisição de controladas e intangíveis alocados em combinação de negócios: Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos é classificado no ativo intangível. Parte do valor pago na aquisição das controladas foi alocado a ativos intangíveis identificáveis e de vida útil definida e indefinida após análise dos ativos adquiridos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Saldo Contábil	Saldo Contábil	Saldo Contábil	Saldo Contábil
"Goodwill" Converge (i)	20.400	20.400	20.400	20.400
"Goodwill" SGE (i)	-	-	23.677	23.677
Marca (ii)	-	-	7.735	7.735
	20.400	20.400	51.811	51.811

(i) Refere-se ao ágio gerado por aquisições de controladas, classificado como decorrente de expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e está sujeito a testes anuais de recuperação. (ii) Ativo intangível com vida útil estimada entre 19 e 30 anos.

b) Testes do ágio para verificação de "impairment" por modalidade: Durante o ano de 2021, a Companhia avaliou eventos ocorridos em sua unidade geradora de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, sendo que, após essa avaliação, não foram verificados indícios de perda ao valor recuperável dos seus ativos. Adicionalmente, alguns indicadores utilizados no modelo de testes são baseados em indicadores macroeconômicos que já podem ser obtidos e recalculados,

como projeções de crescimento do país e alteração das taxas que são base para o WACC. A Companhia entende que esse procedimento atende a exigência normativa de realização de teste de impairment no mínimo uma vez ao ano ou em algum momento em que um indício claro de impairment seja notado, sendo este último nossa atual situação. As seguintes premissas de crescimento foram utilizadas nos cálculos:

Premissa	Editoras
Quantidade de alunos - base, captação e evasão	Taxa de crescimento na perpetuidade em 5,83% (anteriormente apresentado 7,10%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 10,98% (anteriormente apresentado 10,22%).

13. Fornecedores: A Companhia possui obrigações junto a fornecedores geradas na aquisição de bens e serviços no território nacional no curso normal dos seus negócios. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo apresentado na rubrica de fornecedores foi de R\$ 116.940 na controladora e R\$ 116.877 no consolidado (R\$113.426 na controladora e R\$ 113.151 no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

14. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	966	1.495	966	1.495
INSS a recolher	1.275	479	1.277	492
FGTS a recolher	159	226	160	229
IRRF a recolher	1.765	1.483	1.787	1.514
Provisão de férias e 13º salário	1.948	2.624	1.948	2.624
Encargos sobre provisões	674	885	674	885
Provisão de participação dos lucros	5.653	1.250	5.654	1.337
Outros	5.299	2.496	5.410	2.516
	17.739	10.938	17.876	11.092

15. Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ISS	8	-	9	-
PIS	34	31	28	31
COFINS	195	170	151	170
IRRF	5.541	1.356	5.872	1.358
Demais	-	243	-	541
	5.778	1.800	6.060	2.100

16. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis: A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. A Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, mensura e reconhece provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 as provisões para contingências prováveis estavam mensuradas em R\$ 103.680 (R\$ 97.781 em 31 de dezembro de 2020). Os saldos aqui apresentados referem-se substancialmente a contingências tributárias relacionados ao ágio reconhecido em aquisição de entidades, que foram provisionadas para aproveitamento de benefícios fiscais, e seguindo o planejamento tributário da Companhia. Conforme mencionado na nota explicativa 20.1, contraparte a esse movimento, a Companhia reconheceu um direito a receber de sua controladora indireta Saber, no mesmo montante, relacionado ao contrato de garantia que possui com a mesma para ressarcimento de quaisquer ônus que possam advir nesses processos.

16.1. Processos com expectativa de perda provável e movimentação: No quadro abaixo demonstramos a movimentação de contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2019	77.819	14.613	(1.285)	91.147
Realocações entre naturezas	-	(4.711)	4.711	-
Adições	244	143	1.971	2.358
Atualização monetária	-	40	38	78
Reversões	(244)	(319)	(1.060)	(1.624)
Total efeito resultado	-	(136)	949	812
Pagamentos	-	(8.769)	(1.901)	(10.670)
Total pagamentos	-	(8.769)	(1.901)	(10.670)
Adição Ex-Mantenedor	-	2	15	17
Atualização Monetária Ex-Mantenedor	-	-	5	5
Reversão Ex-Mantenedor	-	(2)	(1.311)	(1.313)
Total Ex-Mantenedor (com garantia)	-	-	(1.291)	(1.291)
Atualização - Contas a receber de Indenização	1.983	-	-	1.983
Total Contas a receber de indenização	1.983	-	-	1.983
Saldo em 31 de dezembro de 2020	79.802	997	1.183	81.982
Adições	-	38	1.142	1.180
Atualização monetária	-	98	370	468
Reversões	-	(54)	(779)	(833)
Total efeito resultado	-	82	732	815
Pagamentos	-	(92)	(462)	(553)
Total pagamentos	-	(92)	(462)	(553)
Adição Ex-Mantenedor	-	18	39	57
Reversão Ex-Mantenedor	-	(18)	(2)	(21)
Total Ex-Mantenedor (com garantia)	-	-	37	37
Atualização - Contas a receber de Indenização	9.339	-	-	9.339
Total Contas a receber de indenização	9.339	-	-	9.339
Saldo em 31 de dezembro de 2021	89.141	988	1.491	91.619

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2019	93.178	13.453	-	106.631
Realocações entre naturezas	54	(3.548)	3.494	-
Adições	244	172	1.971	2.387
Atualização monetária	-	40	38	78
Reversões	(244)	(320)	(1.060)	(1.624)
Total efeito resultado	-	(108)	949	841
Pagamentos	-	(8.798)	(1.901)	(10.699)
Total pagamentos	-	(8.798)	(1.901)	(10.699)
Adição Ex-Mantenedor	-	2	15	17
Atualização Monetária Ex-Mantenedor	-	-	5	5
Reversão Ex-Mantenedor	-	(2)	(1.381)	(1.383)
Total Ex-Mantenedor (com garantia)	-	-	(1.361)	(1.361)
Atualização - Contas a receber de Indenização	2.301	-	-	2.301
Total Contas a receber de indenização	2.301	-	-	2.301
Atualização monetária IFRIC 23	68	-	-	68
Saldo em 31/12/2020	95.601	999	1.181	97.781
Adições	-	61	1.140	1.201
Atualização monetária	-	98	370	468
Reversões	-	(54)	(779)	(833)
Total efeito resultado	-	105	731	836
Pagamentos	-	(115)	(461)	(576)
Total pagamentos	-	(115)	(461)	(576)
Adição Ex-Mantenedor	-	18	41	59
Reversão Ex-Mantenedor	-	(18)	(3)	(21)
Total Ex-Mantenedor (com garantia)	-	-	38	38
Atualização - Contas a receber de Indenização	9.339	-	-	9.339
Reversão - Contas a receber de Indenização	(3.435)	-	-	(3.435)
Total Contas a receber de indenização	5.904	-	-	5.904
Atualização monetária IFRIC 23	(303)	-	-	(303)
Saldo em 31/12/2021	101.202	989	1.489	103.680

16.2. Processos com expectativa de perdas possíveis: O quadro a seguir considera todas as contingências possíveis da Empresa, incluindo os valores de novas contingências dessa classificação que foram geradas no período posterior à combinação de negócios:

—☆ **continuação** NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA EDITORA ÁTICA S.A. - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
21. Receita líquida de vendas e serviços				
Receita bruta	314.465	280.105	318.127	284.089
Receita com venda de livros e apostilas	1.135	152	1.135	167
Outras receitas	315.600	280.257	319.262	284.256
Deduções da receita bruta				
Impostos	(519)	(70)	(520)	(84)
Descontos e devoluções (i)	(26.655)	(5.420)	(26.985)	(5.885)
Receita líquida	288.426	274.767	291.757	278.287
(i) A Companhia encerrou, durante o ano de 2021, as operações de uma de suas filiais localizada no RJ, e como previsto em contrato, os distribuidores possuem o direito a devolução de seus produtos.				
22. Custos e despesas por natureza				
Salários e encargos sociais	(47.151)	(35.341)	(47.245)	(35.628)
Provisão para perdas esperadas	(164)	(193)	(166)	(229)
Custo dos produtos vendidos	(123.958)	(124.438)	(124.630)	(126.054)
Publicidade e propaganda	(5.904)	(8.304)	(5.906)	(8.594)
Depreciação e amortização	(20.071)	(20.235)	(20.121)	(20.291)
Utilidades, limpeza e segurança (i)	(8.863)	(27.519)	(9.046)	(27.643)
Depreciação - IFRS 16	-	-	-	(40)
Consultorias e assessorias	(3.564)	(839)	(3.564)	(839)
Custos editoriais	(12.237)	(8.549)	(12.237)	(8.549)
Direitos autorais	(16.773)	(17.471)	(17.125)	(17.471)
Outras receitas (despesas), líquidas	(983)	2.587	(984)	2.707
Cobrança de Rateio de Despesas Corporativas	446	20.080	471	19.963
Aluguel e condomínio	(3.985)	(4.610)	(3.985)	(4.631)
Viagens	(1.971)	(1.747)	(1.972)	(1.906)
Taxas e contribuições	(45)	(177)	(48)	(178)
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(347)	(734)	(369)	(763)
Custo das vendas e serviços	(245.570)	(227.490)	(246.927)	(230.146)
Despesas com vendas	(28.629)	(27.072)	(28.683)	(27.063)
Despesas gerais e administrativas	(50.417)	(15.463)	(50.694)	(16.211)
Provisão para perda esperada	(164)	(193)	(166)	(229)
Outras despesas operacionais	(186)	(5.348)	(186)	(5.300)
	(245.570)	(227.490)	(246.927)	(230.146)

(i) A redução observada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 refere-se substancialmente a um menor custo com serviços de manutenção de licença de software, fruto de revisões nos contratos com terceiros.

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	11.475	1.660	11.695	1.823
Descontos obtidos	34	12	34	12
Juros ativo	2.986	143	3.050	224
Outras receitas financeiras	72	229	72	228
	14.567	2.044	14.851	2.287
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias e de cobrança	(46)	-	(55)	225
Juros e atualização de passivos	(6.323)	(2.067)	(6.331)	(2.072)
Atualização de provisões para riscos tributários	(468)	(78)	(468)	(146)
Descontos concedidos	(4)	-	-	-
Outras despesas financeiras	(865)	(135)	(574)	(398)
	(7.706)	(2.280)	(7.428)	(2.391)
Resultado financeiro	6.861	(236)	7.423	(104)

24. Prejuízo por ação: 24.1. Básico: O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o exercício.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	43.561	3.316
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	1.329.542	1.329.542
Lucro básico por ação ordinária	0,033	0,002

O resultado básico e diluído em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é praticamente o mesmo em função do efeito diluidor oriundo do programa de opções de ações ser mínimo.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
25. Informações suplementares aos fluxos de caixa		
Ajustes para:		
Imobilizado	-	(268)
Baixa de arrendamentos financeiros (IFRS 16/CPC 06)	-	(268)
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	5.904	-
Ação - Partes relacionadas- sem efeito caixa	5.904	-
Passivos assumidos na combinação de negócios	-	1.322
Garantias de ex-mantenedor	-	1.322
	5.904	1.054

26. Cobertura de seguros: A Companhia, por meio de sua controladora indireta Cognia, possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas contratadas pela Cognia a suas controladas que estão a seguir indicadas, tem como objetivo cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza das suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A seguir apresentamos as coberturas contratadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme suas respectivas naturezas:

	Coberturas
Bens do imobilizado	338.000
Responsabilidade Civil Geral e Executivos	624.732
Veículos	12.789
	975.521

27. Eventos subsequentes: 27.1. Mudança na Diretoria e Conselho de Administração da controladora indireta: Conforme fato relevante publicado ao mercado em 10 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da controladora indireta Cognia aprovou a eleição do Sr. Rodrigo Calvo Galindo como Presidente do Conselho de Administração, e sua consequente saída do cargo de Diretor Presidente do Grupo Cognia. Nessa mesma data e reunião, foi aprovada a eleição do Sr. Roberto Afonso Valério Neto como Diretor Presidente em substituição ao Sr. Galindo, que permanece no cargo até o dia 28 de março de 2022. O Sr. Roberto Valério é atualmente CEO da Unidade Kroton do Grupo, que engloba as operações de Ensino Superior do Grupo Cognia. Ele juntou-se, após a fusão com a Anhanguera Educacional, em julho de 2014, e atua nessa posição de CEO desde o ano de 2019. Adicionalmente, foram eleitos os Srs. Rodrigo Menezes Cavalcanti (Vice-Presidente de Experiência do Aluno), Leonardo Gomes de Queiroz (Vice-Presidente de Crescimento), e Rangel Garcia Barbosa (Vice-Presidente de Produtos), todos como Diretores Estatutários do Grupo Cognia.

DIRETORIA			CONTADOR	
Frederico da Cunha Villa	Roberto Valério Neto	Mário Ghio Júnio	César Augusto Silva	
Diretor	Diretor	Presidente	CRC 1SP 312.377/O-7	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Editora Ática S.A.**, São José dos Campos - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Editora Ática S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Editora Ática S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas
Chamamos a atenção para a existência de valores a receber de partes relacionadas originados de operações vinculadas a assunção de garantias sobre contingências fiscais e de diversas despesas cobradas por meio de notas de débito, conforme descrito nas Notas Explicativas nº 16 e nº 20, respectivamente, as quais foram realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto e as demonstrações financeiras devem ser analisadas sob esse contexto.

Responsabilidades da Administração sobre a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de abril de 2022



Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1
Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC BA-017.826/O-4

Alexandre De Labetta Filho
Contador CRC 1SP-182.396/O-2



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadon.estadao.com.br/publicacoes/>